

LEI Nº 5.575, DE 19 DE JULHO DE 2010

INSTITUI O CONSELHO MUNICIPAL DA JUVENTUDE NO MUNICÍPIO DE ITAJAÍ -
COMJUV - E
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE ITAJAÍ Faço saber que a Câmara Municipal votou e aprovou, e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Esta Lei dispõe sobre a criação do Conselho Municipal da Juventude, órgão de representação da população jovem, vinculado à Secretaria Municipal da Criança do Adolescente e da Juventude, ou a outro órgão que venha a substituí-la, e deverá ter caráter:

- I - autônomo;
- II - permanente;
- III - deliberativo;
- IV - consultivo
- V - fiscalizador

Parágrafo Único: Entende-se por jovem a população com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos.

Art. 2º. São objetivos do Conselho Municipal da Juventude:

I - encaminhar aos canais competentes - órgãos públicos, empresas privadas, entidades civis e em particular, junto ao Poder Público Municipal, as reivindicações e sugestões da juventude deste Município, tendo por base deliberações oriundas de processos democráticos e participativos;

II - atuar na defesa dos direitos de organização e manifestação juvenil;

III - garantir a participação da juventude na vida política do Município, de tal forma que possam opinar, debater e participar das decisões políticas e administrativas do Poder Público Municipal;

IV - propugnar, de modo imperativo, pela defesa da juventude e dos seus direitos, com absoluta prioridade: ao direito à vida; à saúde; à cultura; à liberdade; à convivência familiar e comunitária, colocando-a a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, marginalização, violência, crueldade e opressão;

V - promover e incentivar campanhas de conscientização e programas educativos, particularmente junto às instituições de ensino e pesquisa, empresas, veículos de comunicação e outras entidades, sobre potencialidades da juventude;

VI - incentivar nas diferentes entidades a criação de programas e atividades específicas do interesse da juventude, visando incorporá-los na vida política e social da nossa comunidade;

VII - incentivar a mobilização da juventude para participar de todo o processo legislativo, nas três esferas do governo, objetivando com isso, contribuir para que as leis assegurem os anseios democráticos e patrióticos de nosso povo que, especificamente, garanta os direitos da juventude, à educação, ao trabalho, ao esporte, à cultura e ao lazer;

VIII - zelar pelos interesses e direitos inerentes à juventude, fiscalizando e fazendo cumprir a legislação pertinente.

Art. 3º. São atribuições do Conselho Municipal da Juventude:

I - promover entendimento e intercâmbio com organizações e instituições que tenham objetivos comuns ao do Conselho;

II - estabelecer critérios e promover entendimento para o emprego de recursos destinados pelo Município a projetos que visem implementar a realização de programas de real interesse da juventude;

III - criar comissões temáticas permanentes e temporárias;

IV - mobilizar recursos governamentais e não governamentais e apoiar programas e projetos relacionados à juventude;

V - estimular a criação de serviços e campanhas que promovam o bem-estar e desenvolvimento

dos jovens e sua participação nos processos sociais;

VI - fiscalizar e acompanhar programas, projetos e entidades voltados à política pública para juventude;

VII - desenvolver estudos e pesquisas relativas ao público jovem, objetivando subsidiar o planejamento das ações públicas para este segmento no Município;

VIII - prestar assessoramento ao Poder Executivo Municipal, emitindo pareceres e prestando acompanhamento aos projetos e execução dos programas de governo no âmbito municipal, nas questões referentes à juventude;

IX - firmar convênios e contratos com outros organismos públicos e privados, visando à elaboração de programas e projetos destinados ao público juvenil;

X - promover e participar de seminários, cursos, congressos e eventos correlatos para a discussão de temas relativos à juventude;

Art. 4º. O Conselho Municipal da Juventude será composto por representantes do Poder Público e da Sociedade Civil organizada, com reconhecida participação e promoção dos direitos da juventude, e será composto por 12 (doze) membros, sendo:

I - 01 (um) representante de estudantes Secundaristas do Município de Itajaí matriculado em Escola Particular (indicado pela executiva da UESI - União dos Estudantes Secundaristas de Itajaí);

II - 01 (um) representante de estudantes Secundaristas do Município de Itajaí matriculado em Escola Pública (indicado pela executiva da UESI - União dos Estudantes Secundaristas de Itajaí);

III - 02 (dois) representantes de Instituições de Juventude não governamentais;

IV - 01 (um) representante do Diretório Central dos Estudantes da Univali;

V - 01 (um) representante do Diretório Central dos Estudantes do IFES;

VI - 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação;

VII - 01 (um) representante da Secretaria da Saúde;

VIII - 02 (dois) representantes da Secretaria da Criança do Adolescente e da Juventude, sendo que uma destas vagas será de indicação do COMDICA (Conselho Municipal da Criança e do Adolescente);

IX - 01 (um) representante da Fundação Cultural do Município;

X - 01 (um) representante da Fundação Municipal de Esportes e Lazer;

§ 1º. Os membros integrantes do Conselho a que se refere o caput deste artigo deverão ser compostos,

majoritariamente, por jovens entre 15 e 29 anos de idade, envolvidos com trabalhos diretamente relacionados ao segmento ao qual pertencem.

§ 2º. Todo e qualquer trabalho realizado pelo Conselho não poderá contrariar o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA;

§ 3º. A participação no Conselho será considerada prioritária, sendo que o servidor público terá justificada sua ausência no trabalho.

Art. 5º. Para cumprir suas atribuições, nos termos da Lei, o Conselho Municipal de Juventude deve atuar através do Colegiado e da Diretoria.

§ 1º. O Colegiado deve ser constituído por todos os membros do Conselho;

§ 2º. A presidência é exercida pelo Presidente e na ausência deste pelo Vice-Presidente;

§ 3º. O mandato da presidência é de dois anos, não sendo permitida a recondução;

Art. 6º. No dia da posse do Conselho, tendo como presidente um membro indicado pelo Chefe do Executivo, será feita a eleição do presidente do vice e do 1º e 2º Secretários, em eleição direta, sendo eleita a chapa que obtiver maioria simples dos votos.

Art. 7º. A nomeação dos Conselheiros deve ser feita através de Ato do Executivo Municipal.

Art. 8º. Caberá aos Membros do Conselho Municipal, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da

data da posse, a elaboração e aprovação do seu regimento, que irá dispor sobre suas normas de organização e funcionamento.

Art. 9º. As decisões do Conselho serão tomadas por maioria simples, exigida a presença de metade mais um de seus membros para deliberar, sendo que cada representante tem direito a um (01) voto, sendo computado o voto do suplente apenas na ausência do titular.

Parágrafo Único: Caso não haja quorum, será convocada nova reunião, e nesta a decisão será dada pela maioria dos presentes.

Art. 10. O conselho a que trata esta lei deverá seguir os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, devendo para tanto promover a transparência de seus atos e deliberações utilizando-se dentre outros meios:

I - da promoção à participação popular nas audiências e reuniões do Conselho, que deverão ser públicas e mensais;

II - de determinar previamente, com ampla divulgação, as datas, hora e local de suas reuniões ordinárias;

III - da publicação no diário oficial do município, anualmente, do balanço das contas, movimentações financeiras e atividades realizadas.

Art. 11º. O Executivo convocará as instituições para que indiquem formalmente membros titulares e suplentes para o Conselho.

Parágrafo Único - Caso todas as vagas não recebam indicação, ficará a cargo do Conselho empossado convocar novamente as Instituições para que escolham e indiquem seus representantes.

Art. 12º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Itajaí, 19 de julho de 2010.

JANDIR BELLINI
Prefeito Municipal

ROGÉRIO NASSIF RIBAS
Procurador-Geral do Município